

# A AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA OS PERIÓDICOS DA ÁREA: “PUBLICAR OU PERECER” VALE TAMBÉM PARA OS EDITORES<sup>1</sup>

Giovani De Lorenzi Pires<sup>2</sup>; Bianca Natália Poffo<sup>3</sup>

**RESUMO:** a intenção do texto, na forma de um ponto de vista, é refletir sobre como o modelo de avaliação da Pós-Graduação brasileira, sobretudo a estratégia do sistema Qualis-Periódicos, impacta o processo editorial de periódicos da área 21 da CAPES, sobretudo os do campo da Educação Física, fato esse observado desde “o lugar” dos autores, membros da comissão editorial da revista *Motrivivência* – LaboMídia/UFSC.

**Palavras-chave:** avaliação da pós-graduação, Qualis, Educação Física, periódicos, editoração

## INTRODUÇÃO

Entre os pesquisadores que militam na pós-graduação *stricto-sensu* há um certo consenso de que, nos últimos vinte anos, o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) da CAPES<sup>4</sup> tem conseguido estabelecer uma política de qualificação dos programas e do próprio sistema. De fato, pode-se perceber uma orientação geral que busca a consolidação e o aperfeiçoamento

.....  
<sup>1</sup> O presente texto foi produzido a partir de roteiro elaborado para subsidiar palestra proferida no PPG Educação Física da UFRN, em março/2016. Por essa razão, a redação de boa parte dele tem um tom bastante informal.....

<sup>2</sup> Professor do PPGEF/UFSC, pesquisador do LaboMídia/UFSC. Contato: [delorenzi57@gmail.com](mailto:delorenzi57@gmail.com).....

<sup>3</sup> Mestre em Educação Física (UFSC) e doutoranda no PPGEF/UFPR, pesquisadora do LaboMídia/UFSC. Contato: [bia.poffo@hotmail.com](mailto:bia.poffo@hotmail.com).....

<sup>4</sup> A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) é uma fundação vinculada ao Ministério da Educação (MEC) que, entre outras ações, regulamenta e avalia a pós-graduação no país.

mento da política de pós-graduação no país, não isenta de falhas e críticas, tendo conseguido o feito de passar mais ou menos incólume por todas as viradas políticas dos governos federais deste período, alguns mais republicanos, outros nem tanto.

No conjunto de aspectos de compõem essa política, destaca-se sem dúvida alguma as estratégias de avaliação dos programas e do SNPG. Essa é uma das partes mais sensíveis, porque o rigor das decisões sobre as ferramentas de avaliação e, sobretudo, a forma de definição destas, nem sempre muito democráticas, tem incomodado muita gente, quer seja pelos rumos indicados, cujo horizonte parece ser infinito - “o sarrafo vai continuar subindo” (LOVISOLO, 2007) ainda é a frase mais ouvida! - quer seja pelos muitos parceiros que vão ficando pelo caminho, não-credenciados ou descredenciados, sem condições (ou vontade) de se adequarem ao modelo imposto.

A presente reflexão não pretende estabelecer um debate sobre a avaliação da pós-graduação de *per si*, mas situá-la pelos impactos que produz no sistema de produção editorial dos periódicos científicos. E para não se correr o risco de tratar genericamente do tema sem o devido conhecimento de causa vamos nos fixar na Educação Física e na revista *Motrivivência*, tomada como referência em virtude do envolvimento dos autores com a sua editoração há muitos anos.

## 1. UM MAL-ESTAR ACADÊMICO PAIRA SOBRE A PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA

---

Apesar de, como já dissemos, não pretendermos avaliar aqui a pós-graduação ou sua política de avaliação, é importante que, para situar o debate de fundo, identifiquemos no SNPG o ponto de maior atrito, por assim dizer, com a política editorial. E este é, sem dúvida, a lógica do produtivismo que impera, gerando um profundo mal-estar acadêmico, na feliz expressão emprestada de Freud por Eunice Trein e José Rodrigues (2011). Segundo os autores, o fetiche provocado pelo conhecimento como mercadoria (simbólica ou não!) resulta num novo canto da sereia, o produtivismo acadêmico.

Na teoria freudiana, o mal-estar da civilização (FREUD, 2006) decorre do reconhecimento de que, na sociedade, duas forças antagônicas encontram-se permanentemente em confronto, gerando sofrimento: a pulsão da vida ou “Eros”, que se repete, nos agrega e nos adapta (reprimindo e sublimando nossos impulsos) e a pulsão da morte ou “Tânatos”, que exprime um desejo de retorno a um estado inorgânico, na busca pela redução das tensões (e do sofrimento) impostas pela sociedade, que implicaria na autodestruição ou na destruição do outro – ou da própria civilização, em última análise.

Na interpretação freudiana de Trein e Rodrigues (2011), o mal-estar que paira sobre a academia decorre do entendimento ideológico (imposto pela política de ciência e tecnologia e autoimposto por nós, pesquisadores) de que o desenvolvimento social desejado (pulsão da vida) é uma consequência do desenvolvimento científico e tecnológico; portanto, o produtivismo acadêmico é, por assim dizer, um mal necessário, mesmo que, para o seu alcance, o conhecimento científico precise subjugar-se à lógica da mercadoria, na perspectiva marxiana ou como uma pulsão de morte.

Nesse sentido, o conhecimento acadêmico como mercadoria tem subsumido o seu valor de uso, de satisfazer necessidades humanas, a um valor de troca, que permite quantificar ou precificar o conhecimento, estabelecendo um equivalente no sistema dinheiro. Assim, a produtividade e o fetiche do conhecimento-mercadoria se institui como uma moeda no “mercado” acadêmico: gera *status* ao pesquisador que o detem, produz benefícios como acesso a financiamentos, fortalecimento dos laboratórios, convite para consultorias remuneradas, poder nos departamentos e programas de pós-graduação, enfim, gera um capital acadêmico simbólico e material. Só que a manutenção desse *status* e seus benefícios é um moto-contínuo, porque se auto-emula, se renova sempre a exigir mais produção do seu detentor. Assim, o produtivismo - um mal necessário? – gera também um desejo de saltar fora, de romper com o contínuismo que causa sofrimento – uma pulsão de morte.

É nesse contexto que a frase que funciona para os pesquisadores ligados ao SNPG como um mantra acadêmico, o célebre *publish or perish* (publicar ou perecer), aplica-se também e

cada vez mais aos editores de revistas científicas, tendo em vista o próprio sistema de avaliação das mesmas pela CAPES, o Qualis Periódicos, como passamos a considerar a seguir.

## 2. AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO E O SISTEMA QUALIS PERIÓDICOS

---

Como se sabe, o Qualis Periódicos é parte central do atual sistema de avaliação da produção dos programas de pós-graduação credenciados pela CAPES - ao lado do Qualis-Livro. Trata-se de um sistema de classificação dos periódicos nos quais pesquisadores ligados a esses programas, sejam estudantes ou docentes, publicam suas produções e informam em seus relatórios, os quais serão recolhidos e avaliados pelo SNPG - atualmente por meio da plataforma Sucupira. Em tese, o Qualis vale somente para avaliar os programas, mas mesmo estes (e outras instituições) tem se utilizado do modelo classificatório apontado pela CAPES, que vai de A1 a B5 (há ainda o estrato C para as produções não científicas), para avaliar a produção dos pesquisadores nos seus processos de (re)credenciamento e para além deles, como em casos de concursos públicos, editais, chamadas públicas, etc. (BARATA, 2016 - no prelo).

O sistema de classificação dos periódicos varia um pouco em cada área do conhecimento na CAPES, mas todas devem atentar para alguns mecanismos e princípios comuns, expressos nas portarias, resoluções e outros atos normativos do órgão, que estabelecem diretrizes gerais, a padronização da ficha de avaliação e as regras de construção do Qualis (tanto Periódicos quanto Livro). Essa avaliação gera uma lista anual de classificação dos periódicos por área de conhecimento, referente à produção relatada pelos programas no ano anterior, a chamada WebQualis.

Há controvérsias quanto a este modelo de avaliação dos periódicos. Sem nos aprofundarmos muito, vamos comentar

algumas questões de que tem se ocupado alguns pensadores brasileiros, cujas leituras nos ajudam a tratar do tema nesse ensaio<sup>5</sup>.

Uma das críticas recorrentes é quanto ao caráter da avaliação dos periódicos pelo sistema Qualis. A sigla Qualis, ao contrário do que pode supor o prefixo da expressão, é cada vez mais “Quantis”, na forma jocosa com que alguns tem a ela se referido. A quantificação do Qualis se revela evidente quando as bases de dados às quais um periódico é indexado é, cada vez mais, melhor considerada quanto maior for o seu FI (Fator de Impacto), índice publicado pelo JCR (*Journal Citation Reports*). Ora, além de estar representado por um numeral, o FI é, grosso modo, um indicador calculado pelo número de citações do periódico ou de item citáveis (conforme o indexador) em outros periódicos igualmente indexados e com bom FI !

Por se tratar de uma estratégia exclusivamente quantitativa, não há qualquer preocupação de controle sobre a qualidade e posição das citações, se favoráveis ou críticas, e tampouco sobre a possível variação do FI de periódicos em casos, cada vez mais comuns, de despublicação de textos por má conduta ética de pesquisa - do que trataremos mais adiante. E se a questão precisa ser mesmo quantitativa, por que não incluir outros parâmetros de aferição, proporcionados pelas novas plataformas digitais, como o número de acessos de IP único, de artigos visualizados, a quantidade de downloads realizados, etc.? Por exemplo: neste exato momento<sup>6</sup>, a estatística da Motrivivência aponta que a revista teve até agora, no ano de 2016, um total de 148.085 acessos de IP (*internet protocol*) único, correspondente a 278,85 gigabytes de download. Isso é muito? É pouco? Não é significativo para avaliar a visibilidade e a credibilidade de um periódico? Por que não pode ser considerado como critério de avaliação?

Além disso, a fixar a classificação de periódicos com referência em determinadas e poucas bases de indexação, o Qualis:

---

<sup>5</sup> Além dos já citados Trein e Rodrigues (2011), ver também, entre outros: Vilaça e Palma (2013); Rodrigues (2007), Lovisolo (2007, 2014), Vaz, Almeida e Bassani (2012), Silva e Pires (2012, 2014), Job (2015), Soma, Alves e Yanasse (2016) e Vilaça (2015).....

<sup>6</sup> <http://stat.motrivivencia.periodicos.ufsc.br/awstats/awstats.pl> . Consulta as 12h10 do dia 08/10/2016.

provoca uma tendência de padronização dos projetos editoriais dos periódicos (*herding* ou comportamento de rebanho, como afirmam Young *et al.*, 2008, citados por Vilaça e Palma, 2013), os quais precisam se adequar aos ditames dos indexadores para não sucumbirem por “subnutrição”, isto é, pela falta de submissão de artigos de boa qualidade para publicação. (SILVA, PIRES, 2014, p.787)

Para efeito de avaliação dos programas ligados a uma área (e, por extensão, os pesquisadores docentes e discentes dos mesmos), há uma única lista WebQualis, revisada anualmente. A Educação Física integra a chamada Área 21 (junto com Fisioterapia, Terapia Ocupacional e Fonoaudiologia). Portanto, os casos de produções relatadas para/por programas dessa área em periódicos de áreas diversas das que a compõem costumam enfrentar mecanismos de glosa (limites ou travas) ou de subvalorização nas avaliações. Uma das possibilidades de superação desta limitação seria a criação de uma lista única de periódicos Qualis, comum a todas as áreas, como preconizam Soma, Alves e Yanasse (2016 - no prelo).

A avaliação da produção intelectual dos integrantes de um programa de pós-graduação, orientada a partir da lista Qualis de periódicos (e livros) da área, representa um percentual bastante significativo no cômputo geral da avaliação do programa e vai rebater sobre a avaliação dos seus membros, não apenas como indicador para (re)credenciamento mas também como critério para concessão de bolsas, auxílio para participação em eventos, financiamentos, etc. Assim, na lógica produtivista do conhecimento-mercadoria, faz todo o sentido que docentes e discentes ligados a programas de pós-graduação dediquem-se a “caçar” pontos representados pelos canais (periódicos) por onde veicula sua produção a fim de garantir e melhorar seu *status*.

A pressão avaliativa da CAPES sobre o programa replica-se, por seus coordenadores, sobre os docentes orientadores, destes sobre seus orientandos (doutorandos e mestrandos) e todos sobre... os editores de periódicos científicos classificados nos estratos superiores que valem para o SNPG, os ironicamente chamados de periódicos “Qualis-ficados”. É dessa situação, que vivenciamos cotidianamente nas nossas funções

editoriais na Motrivivência, que iremos nos referir no tópico a seguir.

### **3. IMPACTOS DA AVALIAÇÃO DA CAPES E DO QUALIS PERIÓDICO SOBRE O PROCESSO EDITORIAL**

A partir desse tópico, iremos mudar um pouco o modo de redação do texto. Na impossibilidade de aprofundar cada um dos itens referidos, vamos tratar brevemente deles, de forma geral, no sentido de apontar questões para o debate. Lembremos mais uma vez que se trata de um “olhar de dentro”, isto é, de uma percepção do cenário a partir da nossa experiência em um periódico que, sendo dos mais antigos da Educação Física, vem enfrentando as exigências de “modernização” (classificado como B2 na WebQualis da área 21 em 2015 e 2016) sem abrir mão de aspectos caros ao seu projeto editorial (SILVA; PIRES, 2014).

#### **3.1. ARTIFICIALIDADE NA CLASSIFICAÇÃO DOS PERIÓDICOS:**

Os critérios para classificação dos periódicos no sistema Qualis atendem a aspectos artificiais, por ser exigido respeito a uma norma quantitativa que estabelece, percentualmente, o número máximo de periódicos em cada um dos chamados estratos superiores: a) apenas 50% do total de títulos da lista de uma área podem estar nos estratos A1, A2 e B1; b) apenas 25% dos títulos podem estar nos estratos A1 e A2; c) entre os classificados no estrato A deve haver número maior de A2 do que A1.

Assim, por mais esforço que os editores de periódicos de uma área possam fazer para qualificar suas revistas, elas só poderão progredir de estrato se “tiver vaga” no imediatamente acima e se essa transição não ferir nenhuma das regras acima.

Também não há norma que estabeleça critérios qualitativos para a classificação dos periódicos no sistema Qualis. Ao

menos na área 21, a classificação se dá exclusivamente pela correlação da(s) base(s) de dados à/às qual/quais a revista encontra-se indexada. Cada indexador implica uma determinada posição no Qualis, praticamente sem serem levados em conta aspectos como relevância social, impacto do periódico na comunidade da área, acesso aberto do conhecimento, etc.

### 3.2. DESEQUILÍBRIO NA RELAÇÃO PRODUÇÃO X VEICULAÇÃO EM PERIÓDICOS:

---

Além de outros fatores, esse controle artificial do posicionamento dos periódicos e a consequente limitação de periódicos nos estratos de A1 a B2, que valem para a pós-graduação no caso da área 21, tem gerado um descontrole preocupante na relação entre produção acadêmica e a capacidade de sua veiculação em periódicos.

Se tomarmos apenas a Educação Física como referência, são atualmente cerca de 35 programas de pós-graduação *stricto-sensu*, a maior parte deles com cursos de mestrado e doutorado. Não dispomos do número total de discentes matriculados em todos eles, tampouco do número de docentes credenciados<sup>7</sup>, mas pode-se imaginar que, na lógica do produtivismo antes referido, a totalidade dessa comunidade, que não parece ser pequena, precisa publicar para manter seus *status* (sem contar aqueles que ainda não pertencem a programas, mas desejam credenciar-se). Como a publicação em periódicos é a que tem maior valor na avaliação e classificação imediata pelo WebQualis (ao contrário do Livro, que é avaliado caso a caso), são as revistas que recebem a maior parte desse imenso fluxo, na forma de artigos originais e de revisão, relatos, resenhas, etc.

E para veicula-los a Educação Física tem, atualmente, em língua portuguesa, considerando somente aqueles que es-

---

<sup>7</sup> Aliás, os dados sobre Programas de Pós-Graduação e documentos de Área na *homepage* da CAPES não primam pela transparência nem pela generosidade com o leitor/navegador! Parece ser mais uma estratégia de manter o capital-informação técnica restrito a poucos.



tão situados no referido estrato (entre A1 e B2) e tem alta identidade epistemológica à área (ADE=4), cerca de dez (10) periódicos! Obviamente, o gargalo só não é maior porque muitos autores têm recorrido a outras revistas da área 21 ou de áreas conexas, além de periódicos internacionais - sobre isso, falaremos mais adiante. Mas, de todo o modo, há uma pressão cada vez maior sobre as equipes editoriais, por conta do justo interesse dos autores em ter seus manuscritos avaliados e publicados. Daí decorrem outras questões...

### **3.3. PERGUNTAS “INDISCRETAS”:**

Os editores de periódicos já criaram mecanismos quase automáticos de defesa e de resposta para algumas questões frequentemente recebidas, tais como: “Qual é o Qualis da sua revista?” “Qual o prazo médio de avaliação e de publicação na sua revista?” “Por que meu artigo ainda não entrou em avaliação?” Ou: “por que ainda não recebi os pareceres?” E também: “porque não entrou na próxima edição”?

De fato, a pressão produtivista já “pega” os estudantes desde a graduação, especialmente aqueles ligados a programas como PIBIC<sup>8</sup> e PIBID<sup>9</sup>. Talvez por não conhecerem com mais detalhes como funciona o sistema WebQualis (e talvez sobre a pressão dos seus orientadores), eles querem saber logo qual o *status* da revista, para pensar na possibilidade de escolhê-la (ou não) para enviar a sua produção, sem a menor preocupação com a identidade do seu tema de estudo com o escopo e foco dos periódicos. O “tempo médio” para avaliação e publicação em um periódico é calculadamente estudado, tendo em vista o fim de uma etapa do seu curso ou a possível seleção para um outro nível. Às vezes, nem precisa publicar, basta receber uma carta de aprovação para comprovar o currículo lattes!

A situação é tão esdrúxula a ponto de ouvirmos, não com muita frequência, mas já inúmeras vezes, pedidos de autores para que não publicássemos seu texto, já aprovado, na-

---

<sup>8</sup> Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica/CNPq.

<sup>9</sup> Programa Institucional de Bolsa de Incentivo à Docência/MEC.

quela edição ou naquele ano, por já ter alcançado os pontos desejados no período de avaliação, valendo mais a pena, assim, publicar em um momento futuro e não correr o risco de ter sua produção glosada pelo programa!

O represamento e a conseqüente fila provocada pela abundância de textos submetidos provoca uma pressão constante, gerando excesso de trabalho não apenas para os editores, mas sobretudo para os avaliadores, ao que vamos nos referir mais adiante.

### 3.4. AS CONDUTAS EDITORIAIS E A ÉTICA:

---

Um outro aspecto decorrente da tal pressão produtivista está relacionada ao surgimento e proliferação de práticas acadêmicas não recomendáveis, como, entre outras<sup>10</sup>:

a) a submissão do mesmo texto em mais de um periódico, ou a submissão concomitante a um periódico e a uma coletânea em editoração, mesmo quando ambas exigem ineditismo;

b) o surgimento crescente de trechos plagiados, às vezes disfarçados em longas paráfrases que ocupam um parágrafo inteiro;

c) a abundância de autoplágios, situação em que os autores abusam de autocitações e, pior ainda, muitas vezes sequer identificam que tais trechos já foram publicados anteriormente;

d) o fatiamento de estudos em pequenos relatos distribuídos em vários periódicos, ação conhecida de forma irônica como “salame-*science*”;

e) a superficialidade de análises em textos tecnicamente corretos, mas com absoluta falta de originalidade e de contribuição para o conhecimento da área;

---

<sup>10</sup> Obviamente, essas más condutas não são maioria no meio acadêmico e tampouco ocorrem apenas na Educação Física. O que preocupa é a percepção que temos, como editores, de uma certa naturalização de algumas delas, inclusive por parte de docentes/orientadores.

f) a formação de coautorias de fachada, sem qualquer identidade epistemológica com o tema nos seus currículos, uma espécie de ajuda-mútua, visando claramente potencializar os currículos de todos os colegas de grupo;

g) as tentativas de “empoderamento” da produção com a inclusão de nomes de pesquisadores com alto capital acadêmico no mercado do conhecimento-mercadoria como coautores; alguns dos quais aparentemente nem leem os trabalhos submetidos e outros, pior ainda, alegam sequer terem sido consultados.

É preciso reconhecer que, de parte de equipes editoriais, também se tem verificado atitudes questionáveis e que, sob a mesma lógica produtivista, visam os mesmos objetivos: publicar ou perecer! Dois exemplos: a) a prática cada vez mais comum de despublicações, decorrentes da pressão por cumprimento de prazos para publicação e da consequente falta de cuidado editorial em identificar previamente problemas com os textos submetidos, aprovados e publicados, como os casos de plágios e de falsificação de dados de pesquisa; b) pedidos sutis (e nem tanto!) para que avaliadores indiquem aos autores dos textos sob revisão para que façam citações de textos sobre o tema já publicados naquela mesma revista, na busca de aumento do fator de impacto.

### 3.5. INTERNACIONALIZAÇÃO, FINANCIAMENTO, PROFISSIONALIZAÇÃO:

---

A questão do financiamento da ciência e tecnologia no Brasil é, desde sempre, uma calamidade. Agências nacionais e estaduais de fomento, em que pese existirem mecanismos constitucionais que exigem investimentos mínimos na área, costumam contornar essas exigências e terminam disponibilizando bem menos recursos financeiros que os necessários para que o desenvolvimento científico e tecnológico possa, efetivamente, fazer decolar o conhecimento do país, como garantia de emancipação, soberania e autonomia nacional.

Nessa escassez de recursos, o apoio editorial a periódicos é um dos mais prejudicados. Não há, em geral, uma política de longo prazo, que permita aos periódicos organizarem-se minimamente e não tenham os seus editores que, anualmente, ficar à caça de editais para tentar viabilizar a publicação dos números do ano. Isso também implica que as editorias não consigam se profissionalizar, vivendo da transitoriedade de colaboradores e bolsistas, que precisam ser capacitados praticamente a cada ano.

Além disso, a maior parte destes escassos editais de apoio à editoração das agências de fomento estabelecem pontos de corte muito altos no quesito exigência de indexação dos periódicos para concorrer nos certames. Desse modo, muitos são excluídos sem nem mesmo serem avaliados. Além disso, os critérios estabelecidos, normalmente, seguem parâmetros mais próximos das chamadas ciências duras, em prejuízo de periódicos do campo das ciências humanas e sociais aplicadas.

Tudo isso implica que o “bolo”, que já é pequeno e não cresce, seja distribuído cada vez mais para menos periódicos, quase sempre os mesmos, deixando de lado outras revistas tradicionais ou emergentes que, se tivessem um pequeno investimento, poderiam tentar alcançar melhor *status*.

De outro lado, em nome da pretendida internacionalização acelerada da ciência brasileira, louvável como princípio, os critérios de classificação do Qualis tem incentivado, direta e indiretamente, que parte significativa da produção dos programas de pós-graduação brasileiros seja veiculada em língua inglesa e em periódicos internacionais sem qualquer penetração e reconhecimento pelas respectivas comunidades acadêmicas nacionais; logicamente, mediante o pagamento tanto por parte dos autores quanto, o que é pior, por parte dos próprios leitores, a custos pouco razoáveis, por ser em dólar - por exemplo: assinaturas anuais para acesso digital em alguns periódicos internacionais de maior *status* chegam a custar o preço de um carro econômico nacional!

Ora, cabe perguntar que ciência nacional é essa e que desenvolvimento científico e tecnológico podemos aspirar quando o financiamento público dos programas de pós-graduação e dos projetos de pesquisa tem servido para a veiculação de conhecimentos financiados pela sociedade brasileira

em “famosos e populares” *journals of sport sciences* da Malásia ou do Afeganistão? Ou então tem seus poucos recursos direcionados para pagamento de publicação em legítimas “revistas-abutres”, que se oferecem ao pesquisador cotidianamente, dispondo-se a ajudá-lo a construir rapidamente um bom currículo internacional, com edições mensais cujos corpos editoriais são claramente um embuste! E, inclusive, oferecendo descontos, por exemplo, se um grupo de cinco pesquisadores publicar, juntos, nas famosas coautorias de fachada, respectivos cinco *papers*!

Nessa linha, mesmo sabendo que - sendo otimista! - a maior parte dos textos publicados nestes periódicos acima referidos jamais será lida e muito menos será apropriada pelas comunidades da área no país, portanto publicações sem qualquer relevância social, ainda assim alguns programas de pós-graduações, ao menos na área 21, há até bem pouco tempo dispunham-se a contribuir no pagamento de traduções e mesmo nos custos de publicação por seus pesquisadores, sob a guilhotina do publicar ou perecer que atinge aos programas também. Ora, essas verbas públicas seriam muito bem-vindas para os periódicos nacionais, proporcionado a eles o fôlego necessário para alavancar seus projetos editoriais em busca de melhores posições em bases de dados e indexadores.

Na outra ponta da equação, começa-se a identificar também aqui, nas revistas nacionais (e já em algumas da área 21), a alternativa de transferir os custos da sua editoração para autores e leitores. Cobrar para publicar, sob o argumento que for, ou para dar acesso à leitura e *download* de textos completos (alguns periódicos liberam apenas os metadados), é uma saída que pode resolver emergencialmente a situação das editorias mas não contribui, nem de longe, para mudar a reconhecidamente pouca cultura científica da sociedade brasileira. Tratando-se de uma forma privatizada de veicular conhecimento, cabe perguntar: quem paga? Será que esse é o caminho? Não será essa uma mera transferência de responsabilidades? Quais as consequências dessa limitação de acesso ao conhecimento? Será que vamos voltar aos tempos em que os poucos periódicos veiculados em versões impressas eram de acesso restrito a assinantes e “compradores de fotocópias”?

### 3.6. A NÃO VALORIZAÇÃO DO TRABALHO DE EDITORES E DE AVALIADORES PELA CAPES:

---

Essa é uma questão central, que vimos discutindo já algum tempo (SILVA; PIRES, 2012, 2014), por um lado por entendermos ser uma grande contradição do SNPG, e por outro, porque além de solidários aos avaliadores e colaboradores voluntários das revistas vivemos diretamente essa situação, nós mesmos, como pesquisadores também envolvidos com a pós-graduação.

Sabemos que na avaliação dos Programas de Pós-Graduação o item de análise da produção intelectual do programa, isto é, dos seus membros docentes e discentes, tem um percentual relevante, maior ainda quando se trata de (re)credenciamento de docentes e de concessão de bolsas a discentes. Portanto, pode-se dizer, com razoável segurança, que se não existissem periódicos qualificados, o processo de avaliação da pós-graduação teria que ser reinventado porque, nos termos atuais, não haveria pós-graduação.

Desse modo, os periódicos, sobretudo, quem faz os periódicos, desde seus editores, membros de comissões editoriais e científicas, colaboradores, avaliadores, bolsistas, etc., deveriam ser considerados parceiros importantes do SNPG. No entanto, não é assim que esses homens e mulheres são tratados pela CAPES e pelos programas. Voluntários a imensa maioria, dedicam seu tempo, muitas vezes particular, por não terem concedidas sequer horas funcionais para tanto, e não tem seu trabalho reconhecido por quem, não fosse essa prestação de serviço, não teriam como veicular e avaliar seus produtos intelectuais. Em termos populares, trabalhar com editoração (e demais funções de um periódico), “não dá nada!”

A título de exemplo, peguemos um docente de um programa de pós-graduação que compartilhe voluntariamente seu tempo livre para avaliar manuscritos de três (3) periódicos como revisor. Se ele seguir os tempos normalmente estabelecidos para a avaliação, ele terá a cada dois (02) meses exarado três (03) pareceres, um para cada revista. Ao cabo de um ano, excluindo-se os meses de férias, serão no total, quinze (15) pare-

ceres anuais. Mesmo se ele for de um dos poucos programas que, a despeito de não existir orientação da CAPES para que essa atividade seja considerada na avaliação do docente, ainda assim dedicam alguns poucos pontos para essa atividade, esse docente parecerista ainda corre o risco de ter parte de seu trabalho glosado por exceder as travas criadas pelos critérios de avaliação... Ou seja, quem faz o trabalho que é fundamental para a avaliação dos programas não tem o seu trabalho considerado como atividade típica de pós-graduação!

Como ficam as comissões editoriais? Como lidar com voluntários não reconhecidos em seu fazer acadêmico para que continuem prestando esse serviço, de forma gratuita? Essa desconsideração do SNPG, aliado à pressão produtivista que o sistema também estimula, traz impactos diretos no processo editorial, pois temos observado um crescimento significativo das seguintes situações:

- a) Negativas delicadas mas definitivas de docentes quando convidados a integrar comissões de revisores;
- b) Indisponibilidades frequentes (mesmo que temporárias) de avaliadores permanentes para exarar parecer quando designados pelos editores;
- c) Descumprimento de prazos para informar (in)disponibilidade, para exarar parecer e/ou para revisar versões reformuladas de manuscritos;
- d) Estreitamento e especificidade de temas a que se dispõem a avaliar, gerando comissões de pareceristas que tendem a ser grandes, mas com avaliadores que são pouco mobilizáveis;
- e) Pareceres aligeirados e de baixa qualidade intelectual, que pouco ou nada contribuem para a formação dos pesquisadores-autores que submetem seus textos<sup>11</sup> ;
- f) Solicitação dos pareceristas no sentido de que os textos submetidos sejam reduzidos, com limite de páginas cada vez menor.

Diante desse quadro que se revela ameaçador, os editores tem tido dificuldades para operar com o problema. Como exigir mais responsabilidade, disponibilidade, celeridade,

---

<sup>11</sup> Entendemos que há um caráter pedagógico e formativo num parecer, pois o mesmo traz um olhar externo e qualificado para os autores, contribuindo para a formação desses.

pontualidade e qualidade nos pareceres de voluntários cujo trabalho não é reconhecido? Ruim com eles, pior sem eles? É interessante observar que, em alguns casos, o avaliador “difícil” torna-se o autor “exigente”, pedindo agilidade na avaliação dos seus textos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Para concluir este pequeno ponto de vista, gostaríamos de refletir ao menos brevemente sobre o que faz alguém aceitar ser editor de um periódico científico. E a continuar a sê-lo!

Alguém já disse, ironicamente, que a relação editor-revista é mais indissolúvel que casamento, ainda que a realidade familiar hoje não indique o casamento como o melhor índice para conotar perenidade. Mas a verdade é que essa relação se inicia normalmente por um altruísmo, um compromisso acadêmico-cidadão, pela percepção da chegada da sua hora de dar uma cota de contribuição, etc. Só que a tendência é que o casamento editor-periódico se perpetue por absoluta falta de pretendentes ao cargo!

Antes de mais nada, é importante que se tenha em mente que, no quadro que o texto vem descrevendo, ser editor de um periódico é ser um pouco equilibrista, porque manter-se sobre a fita, isto é, manter a revista funcionando, com periodicidade regular, credibilidade acadêmica e com perspectiva de aperfeiçoamento, é tarefa bastante desafiadora e o risco de projetar-se no vazio não é algo descartável. Em nossa realidade, o editor é muito mais que um mediador entre as ações do conselho científico e da comissão de edição. Em tese, a ele compete, sobretudo, zelar e fazer cumprir a política editorial do periódico, linha mestra que deve “sulear” (obrigado, Paulo Freire) o foco, escopo, composição de comissões, rotinas, decisões, etc. No entanto, em vista das condições antes explicitadas, o editor é hoje um relações-públicas entre os interesses de instituições, leitores, autores e pareceristas; é um caça-editais, formulador de projetos para agencias financiadoras, é contratador de prestação de serviços; é selecionador e capacitador de bolsistas, torna-se “especialista” em indexadores, bibliometria,



etc. Quando tem a felicidade de ter consigo uma equipe de colegas ou estudantes de pós-graduação, o editor consegue compartilhar um pouco dessas tarefas, mas sabe que, num regime “presidencialista”, o editor às vezes termina ficando (e falando) sozinho.

Sobretudo, o editor deve ter a consciência de que “um periódico carrega para dentro de si todas as ambiguidades, problemas e indefinições da área e os dissemina, contribuindo para a sua ampliação” (TANI, 2014, p. 722). Nesse sentido, ser editor na área de Educação Física/Ciências do Esporte é conviver com (e sobreviver à) permanente crise de identidade que a constitui, histórica, epistemológica e profissionalmente.

Apesar de todas as dificuldades e desafios que é editar um periódico científico, a experiência editorial é única. Ninguém estuda para ser editor, mas a aprendizagem que isso proporciona é culturalmente muito significativa. Numa perspectiva formativa, da *Bildung*<sup>12</sup>, participar de um projeto de editoração corresponde ao deixar-se tocar pelo saber/fazer, que nos acontece, nos muda, nos altera, e que transforma indelevelmente nossa trajetória pessoal e profissional (LARROSA BONDIA, 2002).

Para um novo periódico que se apresenta à comunidade e para o qual estamos tendo o privilégio de contribuir nesse ponto de partida, o que podemos desejar é que sua equipe editorial tenha bons ventos a favor, e que venha colaborar para uma área que se expandiu sobremaneira nos últimos vinte anos em termos de pesquisa, mas ainda não encontrou o melhor caminho para, completando o ciclo produtivo do conhecimento, avançar na qualificação e ampliação dos seus periódicos.

---

<sup>12</sup> Como se sabe, *Bildung* é um termo germânico que corresponde à ideia da *Paidéia* grega, como ideal de formação cultural do sujeito esclarecido, que envolve mas não se limita à educação. Para esse texto, interessa sobretudo a perspectiva de que a formação cultural proporcionada pela *Bildung* é, ao mesmo tempo, uma autoformação com o outro.

BARATA, Rita de Cássia B. Dez coisas que você deveria saber sobre o Qualis. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v.13, 2016 [prelo]. Disponível em: <http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/947>

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização [1929/1930]. In: \_\_\_\_\_. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006, v. XXI.

JOB, Ivone. Desafios e dilemas da editoração de revistas científicas no Brasil. In: RECHIA, Simone *et al.* (orgs.). **Dilemas e Desafios da Pós-Graduação em Educação Física**. Ijuí: Ed. UNIJUI, 2015.

LARROSA BONDIA, J. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n.19, p. 20-28, jan-abril/2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>

LOVISOLO, Hugo R. “Levantando o sarrafo ou dando tiro no pé”: critérios de avaliação e Qualis das Pós-Graduações em Educação Física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v.29, n.1, p. 35-48, set./2007. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/7/13>

\_\_\_\_\_. Gestão de revistas: algumas considerações e sugestões para o debate. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 36, n. 4, p. 708-14, out-dez./2014. Disponível em: <http://rbceonline.org.br/pt/vol-36-num-4/sumario/S0101328914X00028/>

RODRIGUES, Luiz Oswaldo C. Publicar mais, ou melhor? O tamanduá olímpico. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v.29, n.1, p. 35-48, set./2007. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/8>

SILVA, Mauricio R.; PIRES, Giovani L. Motrivivência, 25: registros de uma trajetória, perspectivas de continuidade. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v.36, n.4, p. 780-89, out-dez./2014. Disponível em: <http://>

rbceonline.org.br/pt/motrivivencia-25-registros-uma-trajetoria/articulo/S0101328914000134/

\_\_\_\_\_. A pós-graduação, a CAPES e os periódicos científicos (Editorial). **Motrivivência**, Florianópolis, ano XXIV, n.39, p.07-13, dez./2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8042.2012v24n39p7> .

SOMA, Nei Y.; ALVES, Alexandre D.; YANASSE, Horacio H. O Qualis Periódicos e sua utilização nas avaliações. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v.13, 2016 [prelo]. Disponível em: <http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/1128>

TANI, Go. Editoração de periódicos em Educação Física/ Ciências do Esporte: dificuldades e desafios. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 36, n. 4, p. 715-22, out-dez./2014. Disponível em: <http://rbceonline.org.br/pt/editoracao-periodicos-em-educacao-fisica-ciencias/articulo/S0101328914000043/>

TREIN, Eunice; RODRIGUES, José. O mal-estar na academia: produtivismo científico, o fetichismo do conhecimento-mercadoria. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.16, n.48, p. 769-792, dez./2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782011000300012>

VAZ, Alexandre F.; ALMEIDA, Felipe Q.; BASSANI, Jaison J. Profissionalização dos periódicos: novamente (editorial). **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v.34, n.3, p. 519-520, jul.-set./2012. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/1645/785>

VILAÇA, Murilo M.; PALMA, Alexandre. Diálogo sobre cientometria, mal-estar na academia e a polêmica do produtivismo. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.18, n.53, jun./2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782013000200013>

VILAÇA, Murilo M. Dilemas e desafios da Pós-Graduação: pressão por publicação, produtivismo acadêmico e ética científica em publicação. In: RECHIA, Simone *et al.* (orgs.). **Dilemas e Desafios da Pós-Graduação em Educação Física**. Ijuí: Ed. UNIJUI, 2015.